

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 145.820 - MG (2016/0071310-4)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
SUSCITANTE : **JUÍZO DE DIREITO DE ARINOS - MG**
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DE PLANALTINA - DF**
INTERES. : **J J P L**
INTERES. : **M S DE O**
INTERES. : **J L A DOS R**

DECISÃO

Trata-se de conflito negativo de competência suscitado pelo JUÍZO DE DIREITO DE ARINOS/MG em face do JUÍZO DE DIREITO DE PLANALTINA/DF.

Ao se manifestar nos autos, o eminente representante do Ministério Público estadual sumariou os fatos que deram ensejo à instauração do presente conflito (e-STJ fl. 148):

Trata-se o presente feito de ação penal instaurada contra J J P L, M S de O e J L A dos R pela prática dos crimes de sequestro e estupro de vulnerável.

Segundo consta, no dia 24/04/2015, às 09h04min, os três denunciados sequestraram a vítima D S M D, que possuía 13 anos de idade, na cidade de Planaltina/DF e seguiram para Arinos/MG, onde chegaram por volta de 2 horas do dia 25/04/2015. Nesta cidade de Arinos, J que era ex-namorado da vítima, obrigou-a a manter com ele relações sexuais. No dia 26/04/2015 os denunciados foram presos e a vítima libertada nesta cidade de Arinos.

A denúncia foi oferecida em Planaltina/DF. Ao analisar a denúncia o Juiz de Planaltina/DF entendeu que, por se tratar de crimes de estupro de vulnerável e sequestro em conexão, a competência deveria fixar-se pela regra determinada nos artigos 76, III e 78, II, "a", do Código de Processo Penal, isto é, com preponderância do lugar da infração com pena mais grave. Com esse entendimento, considerando que o crime de estupro consumou em Arinos, reconheceu-se a incompetência do juízo de Planaltina e o processo foi encaminhado para esta comarca de Arinos/MG.

O Juízo suscitante então propôs a instauração do presente incidente, após a acolher a manifestação do *Parquet* estadual, que, em síntese, assinalou: "*destarte, todas as regras que determinam a competência apontam para o Juízo de Planaltina/DF. Pela regra do art. 78, II, a, do CPP, o delito mais grave, que é o estupro de vulnerável, também foi praticado em Planaltina/DF. Na hipótese da alínea 'b' do mesmo*

dispositivo, o maior número de infrações se deu em Planaltina, onde se iniciaram o sequestro e o estupro, este último por várias vezes. Por fim, se considerada a prevenção, foi o juízo de Planaltina que primeiro analisou o caso, sendo, portanto, prevento" (e-STJ fl. 149).

O Ministério Público Federal opinou pela cisão do processo em parecer assim ementado (e-STJ fl. 159):

Conflito de competência. Estupros de vulnerável cometidos em Planaltina/DF, durante namoro entre réu e vítima. Sequestro praticado em Planaltina/DF, seguido de estupro cometido em Arinos/MG, após o fim do relacionamento. Contextos fáticos diferentes. Ausência de conexão. Parecer para que o processo seja cindido e declarada a competência do Juízo de Direito de Planaltina/DF, o suscitado, para processar e julgar os crimes de estupro de vulnerável cometidos naquela localidade, bem como a competência do Juízo de Direito de Arinos/MG, para processar e julgar os delitos de sequestro ocorrido em Planaltina/DF e estupro de vulnerável praticado em Arinos/MG.

É, em síntese, o relatório.

Decido.

Decido.

Cuida-se de incidente instaurado entre juízes vinculados a Tribunais diversos, razão pela qual, nos termos do art. 105, I, *d*, da Constituição Federal, conheço do conflito.

O art. 76 do Código de Processo Penal dispõe que a competência será determinada pela conexão nas seguintes hipóteses:

I - se, ocorrendo duas ou mais infrações, houverem sido praticadas, ao mesmo tempo, por várias pessoas reunidas, ou por várias pessoas em concurso, embora diverso o tempo e o lugar, ou por várias pessoas, umas contra as outras;

II - se, no mesmo caso, houverem sido umas praticadas para facilitar ou ocultar as outras, ou para conseguir impunidade ou vantagem em relação a qualquer delas;

III - quando a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração.

A meu ver, ao que se tem até o momento, trata-se de delitos praticados

de forma autônoma e independente, sendo certo que não foi demonstrada a conexão que justificasse que os estupros praticados em Planaltina/DF fossem julgados em conjunto com o sequestro seguido de estupro em Arinos/MG.

Conforme manifestação do *Parquet* Federal, "*embora todos esses crimes sejam abordados na mesma denúncia, os contextos fáticos são completamente diferentes: enquanto os estupros praticados em Planaltina/DF aconteceram na constância do namoro e houve consentimento da vítima (ainda que isso seja irrelevante), o sequestro realizado naquela cidade, seguido por estupro em Arinos/MG aconteceu após o término do relacionamento amoroso, de modo que não houve consentimento da vítima*" (e-STJ fl. 162).

A única circunstância que ligaria referidos crimes seria o fato de terem sido descobertos na mesma oportunidade, o que, na linha da orientação firmada na Terceira Seção desta Corte, não configura conexão. Nesse sentido:

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO PENAL. RECEPÇÃO DE VEÍCULO FURTADO E CONTRABANDO DE MERCADORIAS ESTRANGEIRAS DESCOBERTOS NA MESMA DILIGÊNCIA POLICIAL. INEXISTÊNCIA DE CONEXÃO ENTRE OS DELITOS. DESMEMBRAMENTO DO FEITO.

1. Não há conexão a justificar o julgamento unificado, pela Justiça Federal, dos delitos de receptação de veículo furtado (art. 180, CP) e de contrabando de mercadorias estrangeiras (art. 334, § 1º, CP) se as investigações e a denúncia não apontaram a existência de liame circunstancial algum, seja subjetivo, material ou instrumental entre eles.

2. O simples fato de a apuração dos delitos investigados ter tido início a partir da mesma diligência policial não implica, necessariamente, a existência de conexão entre eles. Precedentes desta 3ª Seção.

3. Conflito conhecido, para declarar competente para o julgamento da ação penal no que se refere ao delito de receptação o Juízo de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Foz do Iguaçu/PR, o suscitante. (CC 132.322/PR, relator Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2015, DJe 06/11/2015, grifei.)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. PROCESSUAL PENAL. EMBRIAGUEZ AO VOLANTE, PORTE ILEGAL DE ARMA DE USO PERMITIDO E RECEPÇÃO DE PRODUTO FRUTO DE CONTRABANDO. AUSÊNCIA DE LIAME CIRCUNSTANCIAL A JUSTIFICAR A CONEXÃO E O JULGAMENTO EM CONJUNTO DOS DELITOS. INAPLICAÇÃO DA SÚMULA 122/STJ. CONFLITO

CONHECIDO PARA DECLARAR COMPETENTE O JUÍZO DE DIREITO DE MINAS NOVAS/MG, O SUSCITADO, PARA O PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DO FEITO, EM RELAÇÃO AOS CRIMES DE EMBRIAGUEZ AO VOLANTE E PORTE ILEGAL DE ARMA DE USO PERMITIDO, DE ACORDO COM O PARECER MPF.

1. Não há conexão a justificar a reunião dos processos perante à Justiça Federal se suposta receptação de cigarros contrabandeados (art. 334, § 1o., alínea d do CPB), de competência da Justiça Federal, e os crimes de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido (art. 14 da Lei 10.826/03) e embriaguez ao volante (art. 306 do CTB), de competência da Justiça Estadual, não guardam liame circunstancial algum, seja subjetivo, material ou instrumental.

2. O simples fato de ter sido a apuração dos referidos crimes iniciada a partir da mesma diligência, qual seja, a prisão em flagrante e a busca realizada em seu carro, não os insere no caso de conexão probatória, esta, na realidade, só se dá quando a prova de uma infração ou de qualquer circunstância influir direta e necessariamente na prova de outra.

3. O MPF manifestou-se pelo conhecimento do conflito e pela declaração da competência da Justiça Estadual.

4. Conflito conhecido para, reconhecendo a ausência de conexão, declarar a competência do Juízo de Direito de Minas Novas/MG, o suscitado, para o processamento e julgamento do feito referente aos crimes de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido e embriaguez ao volante. (CC 98.440/MG, relator Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 08/10/2008, DJe 12/11/2008, grifei.)

Não se vislumbra, portanto, nenhuma das relações de conexidade previstas no art. 76 do Código de Processo Penal que justifique a reunião de todos os delitos no mesmo processo.

Ante o exposto, conheço do conflito e dou por competente o Juízo de Direito de Planaltina/DF, suscitado, para processar e julgar os crimes de estupro de vulnerável cometidos naquela localidade, e o Juízo de Direito de Arinos/MG, suscitante, para os crimes de sequestro seguido de estupro de vulnerável.

Publique-se. Comunique-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator